



## **AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE GRADUANDOS E PÓS-GRADUANDOS (STRICTO SENSU) EM ODONTOLOGIA QUANTO AOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO ESTADO DA PARAÍBA**

**Anderson Christian Ramos Gonçalves<sup>1</sup>, Rodrigo Alves Ribeiro<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Os Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs) são produtos inovadores e únicos gerados a partir de ideias de indivíduos. No meio odontológico, os DPIs são aplicáveis os textos de obras literárias, artísticas ou científicas, conferências, obras audiovisuais e fotográficas, adaptações e traduções de obras originais, softwares e outras obras que constituam uma criação intelectual. Entretanto, esses conhecimentos ainda são escassos no ambiente acadêmico. Portanto, o objetivo deste estudo foi avaliar qual o nível de conhecimento de graduandos e pós-graduandos (stricto sensu) em odontologia quanto à propriedade intelectual, pertencentes a instituições de ensino superior públicas, no estado da Paraíba, Brasil. Trata-se de um estudo observacional, exploratório e de corte transversal, com amostra por conveniência e representativa. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário aplicado in loco e online com estudantes da UFCG, UFPB e UEPB. Os dados foram armazenados e registros no SPSS versão 25.0, posteriormente analisados por estatística descritiva com frequências relativas e absolutas, realizado o teste Qui-Quadrado adotando o p-valor  $\leq 0,05$ . O estudo teve 239 participantes distribuídos dos três centros. Em relação a faixa etária, 90% dos participantes estão entre 18 e 29 anos, com predominância de indivíduos do sexo feminino (70,3%). 64% dos participantes nunca ouviram falar do termo DPIs direcionado para a odontologia e dos 36% que já ouviram falar, apenas 12,6% relatam que esse assunto foi tratado na graduação ou pós-graduação. Aproximadamente 80% dos entrevistados, afirmam não conhecer as plataformas e portais registrados de marcas e patentes. Quando questionado sobre a aplicabilidade odontológica, cerca de 90% dos participantes escolheriam os direitos autorais para proteger obras fruto da sua propriedade intelectual e 42,3% escolheriam uma marca registrada para estabelecer os direitos da sua clínica ou consultório. A realização deste estudo mostrou que a temática dos DPIs no âmbito odontológico deve ser ampliada com a finalidade de difundir o conhecimento e, consequentemente, proteger a propriedade intelectual dos profissionais e acadêmicos.

**Palavras-chave:** Propriedade Intelectual, Direitos Autorais, Odontologia.

<sup>1</sup>Aluno do curso de Odontologia, Departamento de Odontologia, UFCG, Patos, PB, e-mail: anderson.christian@estudante.ufcg.edu.br

<sup>2</sup>Doutor em Odontologia, Professor adjunto, Departamento de Odontologia, UFCG, Patos, PB, e-mail: rodrigo.alves@professor.ufcg.edu.br



***EVALUATION OF THE KNOWLEDGE OF UNDERGRADUATE AND POSTGRADUATE STUDENTS (STRICTO SENSU) IN DENTISTRY REGARDING INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS IN THE STATE OF PARAÍBA***

**ABSTRACT**

Intellectual Property Rights (IPRs) are innovative and unique products generated from the ideas of individuals. In the dental field, IPRs apply to texts of literary, artistic or scientific works, conferences, audiovisual and photographic works, adaptations and translations of original works, software and other works that constitute an intellectual creation. However, this knowledge is still scarce in the academic environment. Therefore, the aim of this study was to assess the level of knowledge of undergraduate and postgraduate students (*stricto sensu*) in dentistry regarding intellectual property, belonging to public higher education institutions in the state of Paraíba, Brazil. This is an observational, exploratory, cross-sectional study with a convenience and representative sample. Data was collected using a questionnaire applied on site and online to students at UFCG, UFPB and UEPB. The data was stored and recorded in SPSS version 25.0, then analyzed using descriptive statistics with relative and absolute frequencies, and the Chi-Square test with a  $p\text{-value} \leq 0.05$ . The study included 239 participants from the three centers. In terms of age, 90% of the participants were between 18 and 29 years old, with a predominance of females (70.3%). 64% of the participants had never heard of the term IPR in dentistry and of the 36% who had, only 12.6% reported that the subject had been covered in undergraduate or postgraduate courses. Approximately 80% of those interviewed said they did not know about registered trademark and patent platforms and portals. When asked about dental applicability, around 90% of the participants would choose copyright to protect their intellectual property and 42.3% would choose a registered trademark to establish the rights of their clinic or practice. This study showed that the subject of IPRs in the dental field should be expanded in order to spread knowledge and, consequently, protect the intellectual property of professionals and academics.

**Keywords:** Intellectual Property, Copyright, Dentistry.